

NO GOVERNO POPULAR, todo dia é dia de índio.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

Data: ____/____/____

Cod. PTD00041

Programa Estadual Sociedades Indígenas

“Quando eu morrer, não importa se me enterrem de cabeça para baixo ou se me joguem num formigueiro, o que me importa é que minha mensagem seja entendida, que fique e que minha luta continue”.

Marçal de Souza
O índio dos lábios de mel



Governo Popular

MATO GROSSO DO SUL

O Estado do Pantanal - www.ms.gov.br



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

PROGRAMA ESTADUAL SOCIEDADES INDÍGENAS

*“... O nosso caminho não será de rosas.
Talvez muitos de nós devam escrever a
nossa história indígena com sangue....
Eu sou uma pessoa marcada para morrer,
mas por uma causa justa a gente sempre
morre.
Alguém tem que perder a vida por uma
causa.*

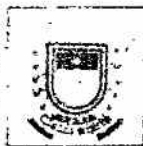
*Marçal de Souza
Tupã I – Setembro/83*



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

ÍNDICE

Apresentação	02
Introdução	04
Breve Diagnóstico das Sociedades	04
Projetos	09
Anexo	15



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

APRESENTAÇÃO

O Governo Popular de Mato Grosso do Sul assume como ação estratégica de Governo minimizar a dívida social com as sociedades indígenas do Estado, acumulada nos quase 500 anos de história, a pesar da luta e resistência indígena para a efetivação do direito e acesso aos bens e serviços produzidos pela humanidade.

Para isso propõe a estruturação de uma política pública coerente que implemente com urgência propostas de mudanças nas relações sociais, políticas e econômicas junto às sociedades indígenas, as quais sejam capazes de superar os limites dados a sobrevivência física e cultural destes povos; capaz de implementar o trabalho de levantamento das terras visando a demarcação e ampliação dos territórios, e de preservar a memória cultural destes povos.

Mato Grosso do Sul no primeiro ano do Governo Popular deu importantes passos em direção a definição de uma política pública indigenista quando envolveu de forma planejada e articulada, as sociedades indígenas de Mato Grosso do Sul. Respeitando sua especificidade, realizou o seminário Governamental Sociedades Indígenas e Políticas Públicas no Mato Grosso do Sul em abril/99. O resultado deste evento culminou na criação do Conselho Estadual de Política Indigenista, com caráter deliberativo e participação indígena majoritária.

A aprovação do Programa Pantanal foi outro passo importante em direção a concretização de um atendimento planejado e coerente aos índios. Organizou também ações emergenciais de apoio à produção de alimentos e outras ações nas áreas de saúde, educação, assistência social e apoio aos estudos de de marcação das terras.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

Entretanto estas ações estão aquém da dívida social com os índios herdada no decorrer dos cinco séculos de história brasileira. Temos que ir além. Assim, hoje no segundo ano de Governo Popular, Mato Grosso do Sul apresenta o Programa Sociedades Indígenas que traz a proposta de articular todas as ações governamentais voltadas para a questão indígena no Estado. Este programa define as grandes linhas estratégicas do Governo e aponta para ações prioritárias com as sociedades indígenas. Ações estas que permitem que se modifique a concepção paternalista e se estabeleça novas relações políticas e econômicas possibilitando aos indígenas acesso a livre determinação e autonomia à justiça, à ampliação de espaços de participação na sociedade como um todo.

Finalmente, para a concretização dos propósitos idealizados neste Programa que ora apresentamos, é necessário e urgente a parceria entre os Governos Federal, Estadual e Municipal, no sentido de socializar os recursos públicos financeiros existentes.

Nesse sentido propõe-se que parte destes programas seja financiado com a destinação de 1% (um por cento) da dívida do Estado de Mato Grosso do Sul com o Tesouro Federal.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

II - INTRODUÇÃO

O painel etnográfico de Mato Grosso do Sul é dos mais importantes do Brasil, para sua variedade.

A segunda maior população indígena do país, aqui concentrada, reúne padrões de 6 diferentes etnias, além de remanescentes de outros povos, distribuídos em 27 municípios, num contingente de 60 mil pessoas, aproximadamente. São os Guarani Kaiowá, Guarani Nhandena, Terena, Kadiwéu, Guató, Ofaié-Xavante, Camba e Kinikinao e Atiwum.

Esta população de descendência pré-colombiana destaca-se por suas línguas organizadas e tecnologias peculiares.

Seus valores e ciências, inmemoriais, têm colaborado com a manutenção dos recursos e da sociedade ainda presentes no Estado.

Reconhecidos e valorizados por uma nova prática de política pública, os povos e sociedades indígenas de Mato Grosso do Sul caminharão para a sua autonomia.

BREVE DIAGNÓSTICO DAS SOCIEDADES

SOCIEDADE GUARANI

No Brasil, os Guarani se subdividem em três grupos, dois deles habitam o MS: Kaiowá e Nandeva.

A população, cerca de 28.400 pessoas, estão espalhadas em 29 pequenas áreas, perfazendo 42613 has, sendo ocupadas e "Sub Judice", com média de 1,5 há por pessoa, insuficiente até mesmo para o plantio de lavoura de subsistência.

Os guarani têm travado, ao longo do seu contato inter-étnico, uma intensa luta de resistência, pela terra e por seus



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

padrões culturais, sendo constante alvo de ações violentas, por parte de setores ligados ao latifúndio e que disputam suas terras.

Por consequência desta pressão intensa, os Guarani têm prática de suicídios, entre jovens e adultos.

A este problema somam-se outros, como a exploração cultural religiosa e o alcoolismo.

Aproximadamente 4.000 Guaranis vivem nas áreas urbanas e nas periferias das cidades. As aldeias estão localizadas no Sul do Estado, entre as regiões de Dourados e Amambai.

Os Guaranis tem como hábito o cultivo do milho, mandioca, arroz, feijão e hortaliças; o cultivo está restrito em pequenas áreas, devido à falta de terras para o plantio e de máquinas para o preparo do solo.

A baixa renda tirada da terra é complementada por poucos idosos pela aposentadoria. Em algumas aldeias, há o arrendamento de áreas para terceiros (aldeias jaguapim e Bororó), ainda havendo a força de trabalho nas usinas de álcool.

Áreas ocupadas em "Sub Judici" que já ocorreram conflitos e que há possibilidades concretas de haver novos confrontos:

- Panambizinho, município de Dourados
- Taquara, município de Juti
- Lima Campo, município de Ponta Porã
- Poturo Guaçu, município de Paranhos
- Arroio Lorá, município de Paranhos
- Cerro Morangatu, município de Antonio João
- Sombrerito, município de Sete Quedas

Sociedade Terena



GOVÉRNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CABINETE DO GOVERNADOR

São descendentes dos povos Aruak, que habitavam outros países da América do Sul e vieram caminhando atrás de terras férteis, pois são povos eminentemente agricultores.

Estão espalhados pelo Brasil e no MS, estão presentes nos municípios de Nioaque, Aquidauana, Miranda, Anastácio, Rochedo, Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti.

A população, cerca de 17.000 pessoas vivem em 28.883 hectares espalhadas em 12 pequenas áreas, com média de 1,7 hectare por pessoa.

Cultivam o arroz, feijão, mandioca, milho e amendoim, produtos básicos para a alimentação, sendo uma sociedade eminentemente agrícola.

A área disponível para o cultivo é muito pequena, necessitando de complemento para a sua renda com a venda de força de trabalho nas usinas de álcool. As mulheres praticam artesanato em cerâmica e comercializam produtos nas cidades.

Em estado emergencial fundiário estão as aldeias Moreira, Aldeinha e Passarinho, que por serem áreas muito pequena por uma população crescente, não superem as necessidades de plantio, inviabilizando a auto sustentação, vivendo em extrema miséria.

Sociedade Kadiwéu

Com a área de 538.535 hectares, uma população de 1.700 pessoas, se localizam nos municípios de Bodoquena e Porto Murtinho.

Esses povos se subdividem em vários grupos, entre eles, os Kinikinaw, no total de 180 pessoas, na Aldeia São João.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

A maior parte de suas terras são arrendadas para fazendeiros, sendo ocupados para criação de gado.

Preservam muito sua cultura: mitologia, lendas, pastoreiro, caça, coleta, cerimônia e artes, esta última responsável pela renda de pequenos grupos, como o artesanato de cerâmica.

Como atividade de subsistência, cultivam basicamente milho, arroz, feijão e mandioca.

O acesso a essas áreas é muito difícil, devido à sua localização em morrarias, acessível somente com veículo traçado.

Sociedade Camba

São um povo de origem boliviana, vivendo na periferia de Corumbá, em extrema situação de pobreza, totalizando em média 400 pessoas.

Vivem no São Francisco, um reduto ao pé do morro no Bairro Cristo Redentor.

Freqüentemente, são chamados pelos bolivianos de índios "sem terra", pelo modo de vida desses povos, mudando de rumo, passando de um lado para outro, devido ao processo que se dá migração forçada rumo à cidade.

Estão em áreas urbanas, nas periferias e sem nenhuma perspectiva.

Sociedade Ofaiyé Xavante

Localizados no Município de Brasilândia, totaliza uma população de 58 pessoas. A área de 1.937 hectares, foi



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

reduzida a 484 hectares, adquirida pela CESP, em razão da formação do lago das hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera).

Esta área não dispõe de água natural, nem de reserva para caça e extração de frutas para subsistência.

Sociedade Guató

Índios Canoeiros, o qual foram dispersos pela expansão agro pastoril e da caça predatória no interior do Pantanal e nativos, junto aos guató, o processo migratório urbano e a aglutinação.

Na aldeia residiu 23 famílias, com uma área de 12.716 hectares, havendo também uma população que vive na periferia da cidade de Corumbá e ao longo dos rios.

Essas famílias, imigrantes para o meio urbano, tem sido exploradas nas condições de mão-de-obra desqualificada e de força de trabalho.

A dieta alimentar é baseada na caça, pesca e essa exploração de pequenas áreas de cultivo (arroz, milho e feijão) para a subsistência.

A aldeia localiza-se no Pantanal Sul-Matogrossense a uma distância aproximada de 340 km rio acima, saindo de Corumbá. Esse trajeto só pode ser percorrido com transporte fluvial.

III - OBJETIVO DO PROGRAMA

Promover a melhoria da qualidade de vida das sociedades indígenas do Mato Grosso do Sul através de projeto



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

governamentais articulados visando o atendimento integral aos índios.

IV – PROJETOS

1 – Projeto Estadual de Segurança Alimentar e Renda

1.1 Objetivo

Levantar e diagnosticar todas as áreas indígenas das sociedades indígenas, visando a demarcação e ampliação dos territórios de acordo com os estudos antropológicos, demográficos e as condições ambientais.

1.2 – Ações e Metas

1.2.1 – Longo Prazo – (até dezembro de 2002)

- Restruturação fundiária das áreas indígenas do Estado de Mato Grosso do Sul.

1.2.2 – Médio Prazo – (até dezembro 2001)

- Avaliação, regularização, demarcação e ampliação de terras indígenas.

- Aumento da área de plantio por família.

- Levantamento das explorações agropastoris ambiental e Renda das famílias.

- Desenvolvimento de Pesquisa do modelo de produção viável a cada Sociedade.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

1.2.3 – Ações Emergenciais – (março a dezembro 2000).

- Apoio a produção agrícola de subsistência e assistência técnica.
- Reforma e Recuperação de equipamentos agrícolas.
- Complementação de Renda.
- Conclusão da identificação e indenização incidentes sobre as áreas em “*sub judice*” e de conflitos.
- Apoio a artesanato indígena.
- Combate a fome e a miséria através da distribuição de alimentos.

2 – Projeto: Implantação do Distrito Sanitário Especial Indígena do Mato Grosso do Sul.

2.1 – Objetivo:

- Reorganizar as ações de atenção à saúde dos povos indígenas de Mato Grosso do Sul.

Justificativa:

A II Conferência Nacional de Saúde para os Povos Indígenas, reafirmou o princípio constitucional da responsabilidade pela atenção à saúde do índio como atribuição do Governo Federal, não excluindo as competências complementares dos Estados, Municípios e Organizações não Governamentais. Desta forma, surgiu a necessidade da



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

formulação de políticas que contemplem a organização de serviços de saúde indígena, articulados com o Sistema Único de Saúde – SUS, definindo referências locais, regionais e nacionais, com vistas à implantação dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas – DSEI.

Considerando o contexto de precariedade do modelo atual e a necessidade de reorganização do setor, efetivando a responsabilidade institucional do Governo Federal com a questão, o Decreto nº 3.156 de 27 de agosto de 1999, publicado no DOU de 28 de agosto de 1999, define como de responsabilidade da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, prestar assistência a saúde das comunidades indígenas.

Assim, no sentido de efetivar a implantação do Distrito Sanitário Indígena de Mato Grosso do Sul, a Coordenadoria Regional da FUNASA, em parceria com a Secretaria de Estado de Saúde vem trabalhando no sentido de construir um novo modelo de atenção a saúde do índio, conforme as recomendações da II Conferência Nacional de Saúde para os Povos Indígenas, do Seminário Sociedades Indígenas e Políticas Públicas no Mato Grosso do Sul e do Seminário para reorganização da atenção à saúde dos povos indígenas de Mato Grosso do Sul.

A estruturação do Distrito Sanitário Especial Indígena de Mato Grosso do Sul, assenta-se em uma proposta de promoção e assistência à saúde das comunidades indígenas, através de 11 Pólos Base, sediados nos Municípios de referência. Cada Pólo Base contará com uma equipe de saúde multidisciplinar (médico, enfermeiro, dentista, auxiliar de enfermagem e agentes comunitários indígena), que deverá garantir a promoção e assistência permanente à saúde do índio.

A consolidação do Distrito e dos pólos bases, implica além da contratação e capacitação das equipes, na organização



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

de uma rede de comunicação entre os pólos (rádio e viaturas) bem como na construção e reforma de unidades de saúde. Também está contemplada a ampliação do sistema de abastecimento de água nas aldeias, recuperação da rede e de reservatórios de água, automação de sistemas, recuperação de lavanderias comunitárias e, contratação e capacitação de Agentes de Saneamento para assegurar a manutenção desses sistemas.

Vale ressaltar que já estão em andamento as ações necessárias à contratação e capacitação de pessoal, e os procedimentos de aquisição de bens e serviços necessários. Na estratégia adotada pelo Estado essas ações viabilizadas através de convênio com uma ONG (Missão Evangélica Caiuá) tradicionalmente envolvida com as questões indígenas do Estado.

Esse convênio prevê atendimento para 99% do total da população indígena do Estado, residente em 53 aldeias.

Em relação ao controle social, Mato Grosso do Sul é o primeiro Estado do País a ter Conselho Distrital de Saúde Indígena empossado, e que vem trabalhando para a organização dos Conselhos Locais de Saúde Indígena, garantindo assim que a Política Estadual de Saúde Indígena expresse com clareza e simplicidade as necessidades de saúde das diversas comunidades.

Desta forma, Mato Grosso do Sul possui hoje implantados o Distrito Especial Indígena e o Conselho Distrital de Saúde Indígena de maneira que estão encaminhadas e claramente descritas, em um Plano de Trabalho, as ações necessárias que deverão ser executadas através de parcerias entre FUNASA – Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul/ONG: Missão Evangélica Caiuá. Espera-se que os compromissos já firmados sejam cumpridos, e acredita-se que a curto prazo possam ser, se não suficientes, ao menos propulsores



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

da reorganização do modelo de atenção à saúde indígena no Estado. Assim sendo, não é necessário neste momento que se proponha outras ações, que não aquelas já previstas e com recursos federais já alocados para a implantação do DSEI de MS.

Assim, no que se refere ao setor saúde, neste contexto cabe ao Estado muito mais do que propor ações, zelar para que o plano já elaborado e em desenvolvimento, seja considerado com o devido peso social, político e técnico que lhe cabe, com vistas, a garantir sua direcionalidade para as ações de prevenção e promoção da saúde.

3 – Projeto: Projeto para área ambiental

3.1 Objetivo:

Promover a melhoria da qualidade de vida das populações indígenas de Mato Grosso do Sul, através da recuperação e melhoria das condições ambientais dos territórios indígenas e seu entorno, através da adoção e implementação de processos sustentáveis de manejo dos recursos naturais, em formas compatíveis com os valores e tradições culturais de cada povo, visando o incremento da oferta de alimentos e fitoterápicos.

3.2 Ações:

- Diagnóstico ambiental de todas as áreas indígenas do Estado.
- Adoção de medidas emergenciais de combate às ações de roubo e extração de madeiras e de incêndios, em áreas indígenas.
- Implantação de plano e medidas para recuperação dos solos e bacias hidrográficas.



GOVERNADO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PALACIO DO GOVERNADOR

- Plano de apoio ao reflorestamento e diversificação da produção em áreas indígenas, com base no manejo sustentado dos recursos naturais.

- Implantação de banco de sementes e materiais genéticos.

- Implantação de áreas demonstrativas de agrosilvicultura



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

ANEXO

Área Indígena	Município	Povo	Ha	Área Cultivada	População	Ha/Pessoas	Situação Jurídica
Amambai	Amambai	Guarani Kaiowá, Guarani Nandeva	2.429	500 ha	4.600	0,5 há	Homologada
Jaguari	Amambai	Guarani Kaiowá, Guarani Nandeva	44	50 ha	150	2,7 ha	Homologada
Limão Verde	Amambai	Guarani Kaiowá	668	80 ha	400	1,6 ha	Demarcada
Aldeinha	Anastácio	Terena	04		350	0,01 ha	Regularizada
Campestre	A. João	Guarani Kaiowá	11	04 ha	75	0,15 ha	Regularizada
C. Marangatu	A. João	Guarani Kaiowá	30		260	0,11 ha	Em estudo técnico
Limão Verde	Aquidauana	Terena	1581	400 ha	1.500	1.0 ha	Regularizada
Taunay /Ypegué	Aquidauana	Terena	6461	450 ha	3200	2.0 ha	Em estudo tecnico
Guassuty	Aral Moreira	Guarani Kaiowá	930	50 ha	180	5,0 ha	Homologada
Pirabuá	B. Vista	Guarani Kaiowá	238	40 ha	280	8,5 ha	Homologada
Ofaiyé Xav.	Brasilândia	Ofaiyé	468	30 ha	90	5,2 ha	Regularizada
Caarapó	Caarapó	Guarani Kaiowá, Guarani Nandeva	3584	600 ha	2.350	1,5 ha	Homologada
Sete Cerros	Cel. Sapucaia	Guarani Kaiowá	9003	60 ha	250	36,0 ha	Demarcada
Taquapiry	Cel. Sapucaia	Guarani Kaiowá	1886	45 ha	1640	1,15 ha	Homologada
Guató	Corumbá	Guató	12.716		700	18,0 ha	Regularizada
Camba	Corumbá	Camba			400		S/ providência
Buriti	D. I Buriti	Terena	2.090	300 ha	1070	2,0 há	Em estudo técnico
Pananbi	Douradina	Guarani Kaiowá	2057		480	4,3 ha	Demarcada
Dourados	Dourados	Guarani Kaiowá, Terenas	3540	Arrendamento	9000	0,4 ha	Demarcada
Cerrito	Eldorado	Guarani Kaiowá, Guarani Nandeva	2040	50 ha	100	20,4 ha	Homologada
P. Lindo	Japorã	Guarani Kaiowá	1648	150 ha	1600	1,0 ha	Homologada
Panambizinho	Dourados	Guarani Kaiowá	60	20 ha	280	0,2 ha	Identificada
Jarará	Juti	Guarani Kaiowá	600	100 ha	280	2,15 ha	Demarcada

Área Indígena	Município	Povo	Ha	Área Cultivada	População	Ha/Pessoas	Situação Jurídica
Guaimbi	L. Carapã	Guarani Kaiowá	717		300	2,4 há	Registrada
R. Jacaré	L. Carapã	Guarani Kaiowá	780		260	3,0 ha	Registrada
Sucury	Maracaju	Guarani Kaiowá	60	30 ha	100	0,6 ha	Em Est. técnico
Cachoeirinha	Miranda	Terena	2648	2000	3.500	0,75 ha	Em Est. técnico
Guaicuru	Miranda	Guaic. e Terena	15		70	0,2 ha	S/providência
La Lama	Miranda	Terena	3001	600 ha	800	3,7 ha	Em est. técnico
Moreira	Miranda	Terena	45	25 ha	400	0,12 ha	Registrada
Passarinho	Miranda	Terena	114	45 ha	750	0,15 ha	Registrada
Nioaque	Nioaque	Terena	3029	500 ha	2000	1,5 ha	Homologada
Paraguassu	Paranhos	Guarani Kaiowá	2475	60 ha	300	8,25 ha	Regularizada
Lima Campo	P. Porã	Guarani Kaiowá	100	60 ha	500	0,2 ha	S/ providência
Kadiwêu	P. Murtinho	Kadiwêu	538.536		1270	424,0 ha	Homologada
Bálsamo	Rochedo	Terena	01		100	0,01	Em est. técnico
Pirajuí	S. Quedas	Guarani Kaiowá	2.188	60 ha	1500	1,4 ha	Homologada
Buritizinho	Sidrolândia	Terena	10	na cidade	200	0,05 ha	Regularizada
Jaguapirú	Tacuru	Guarani Kaiowá	2.089	150 ha	200	10,4 ha	Homologada
Sassoró	Tacuru	Guarani Kaiowá	1932	100 ha	1500	1,2 ha	Homologada
Arroio Corá	Paranhos	Guarani Kaiowá	02		220	0,009 ha	Em est. técnico
Km 20	Caarapó	Guarani Kaiowá	01		200	0,005 ha	S/ providência
Potrero Guaçu	S. Quedas	Guarani Kaiowá	1000	50 ha	710	1,4 ha	Em est. técnico
Sombreiro	Japorã	Guarani Kaiowá	02		240	0,008 ha	S/ providência
Taquara	Caarapó	Guarani Kaiowá	03		350	0,008 ha	Em est. técnico